

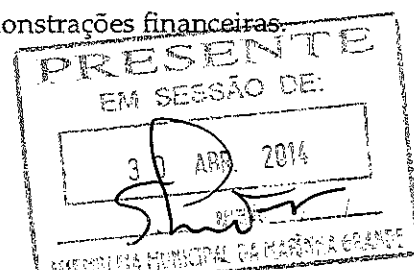
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do *Município da Marinha Grande*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 116.974.876,16 euros e um total de fundos próprios de 83.976.781,87 euros, incluindo um resultado líquido de 1.683.886,21 euros), a Demonstração de resultados por natureza e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 21.883.688,98 euros de despesa paga e um total de 24.518.769,37 euros de receita cobrada bruta), do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

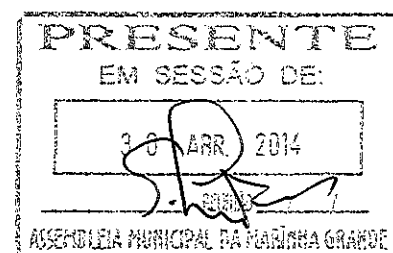
Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara do Município da Marinha Grande a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da sua execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.



Âmbito

4. O exame a que procedemos, exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7., foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

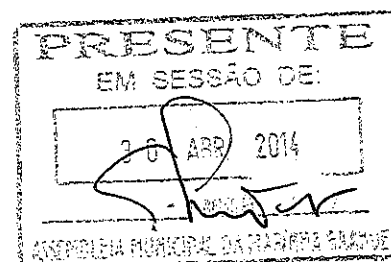


Reserva

7. Ao nível do ativo imobilizado registado nas Demonstrações Financeiras, rubrica com elevada significância nas Contas Municipais, conclui-se que foram tomadas medidas que visaram o reconhecimento de todas as operações nascidas em 2013, tanto em termos de aquisições como de abates. Contudo, poderão existir bens imobilizados pertencentes ao Município não reflectidos nas Contas ou, em contrapartida, estarem registados bens que já não estão, por inutilização, sinistro ou obsolescência, em utilização. Decorrente desta situação não é possível confirmar parte do Fundo Patrimonial.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito de ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município da Marinha Grande, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

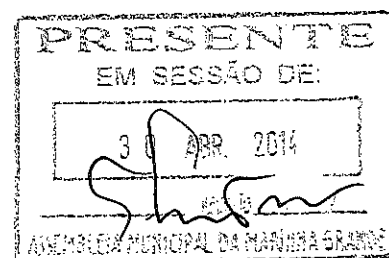


Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nosso parecer que o relatório de actividades é concordante com as demonstrações financeiras.

Ênfases

10. Sem afetar a opinião, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- a. Por imperativo da DGAL, existem empréstimos que estão a ser considerados no médio e longo prazo na sua totalidade, quando, em parte, vencem-se a menos de um ano, tal como divulgado em Anexo;
 - b. O Município estaria contratualmente obrigado a adquirir 52 fogos em Camarnal até Janeiro de 2007 ao IHRU. Deste modo, encontra-se registado em dívida o montante de 1.583.173,35€, do qual, 1.387.026,30€ em médio e longo prazo. Atentos os limites de endividamento e rateio atualmente em vigor, sem qualquer conceção de exceção, configura-se difícil a contracção de empréstimo para sanar este compromisso futuro. A dívida em questão tem vindo a gerar juros de mora que o Município reconhece nas suas contas desde 30 de junho de 2009 no montante de 382.487,37€ em acréscimos de custos e no montante de 42.033,02€ em outros credores;
 - c. Decorrente da entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a 1 de janeiro de 2014, alguns preceitos têm aplicação parcial à prestação de contas de 2013, nomeadamente em matéria de perímetro de participações para efeitos de endividamento e consolidação o que poderá vir a ocasionar alterações não materiais às Contas do município;



- d. Existe um diferendo quanto ao cumprimento da redução de trabalhadores com as entidades oficiais, sendo que, para o Município e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), os cargos políticos correspondentes aos membros dos gabinetes de apoio ao presidente e vereadores em regime de permanência estarão excecionados na obrigação de redução de trabalhadores no ano de 2013. Para o município e ANMP os membros dos gabinetes de apoio não integram este conceito não devendo ser considerados.

Lisboa, 16 de abril de 2014

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADO, SROC, LDA.**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:


Ana Calado Pinto
(ROC N.º 1.103)

